
ANDRÉ DE BRITO CORREIA

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

As vigilâncias como objecto da imaginação sociológica *

143

As vigilâncias são vistas frequentemente como algo que marca os corpos (lógica da receptividade), como algo decorrente da acção de agentes específicos (lógica da especialidade) ou como algo que se pode descrever facilmente (lógica da simplicidade).

A imaginação sociológica tem de ultrapassar os limites de cada uma destas lógicas. Para isso, propõe-se que se imaginem as vigilâncias como uma competência humana, como uma forma de poder e como um conjunto

de técnicas subtis e sofisticadas.

A propósito deste último aspecto, apresentam-se quatro casos concretos de vigilância disciplinar que resultam de técnicas diferentes. Através deles, pode ver-se de que forma os corpos se põem de olho, à escuta e a examinar outros corpos.

Por fim, propõe-se ainda que se imaginem as vigilâncias como feixes dinâmicos que se cruzam e se sucedem uns aos outros.

O professor, o senhor Hennessey, odiava o James O' Keefe. Quando ia escrever qualquer coisa no quadro de costas viradas para nós, dizia: — O' Keefe, sei que estás a preparar alguma aí atrás. Vê lá se te apanho. — Disse-o uma manhã em que James O' Keefe nem sequer estava na aula. Tinha ficado em casa com papeira.

Roddy Doyle, *As Desventuras de Paddy Clarke*.

A vida social é constituída por inúmeros fenómenos de vigilância. Para compreendermos a sociedade precisamos,

* Este texto (versão alargada e reformulada de uma comunicação apresentada ao 3º Congresso Português de Sociologia que decorreu de 7 a 9 de Fevereiro de 1996 em Lisboa) baseia-se em ideias e dados empíricos apresentados em relatório final no âmbito do Seminário de Sociologia Política e do Poder orientado pelo Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos. Esse relatório data de 1995 e intitula-se *Invenção e Labor dos Poderes na Escola — descobertas sociológicas entre a pedagogia tradicional e a pedagogia moderna*. Nesse trabalho, para além das vigilâncias, foram ainda analisadas outras formas de poder como, por exemplo, o paternalismo e a dominação. Para garantir o anonimato, os nomes dos sujeitos observados bem como os das escolas a que pertenciam são fictícios.

portanto, de saber como é que o acto de vigiar funciona. No entanto, circulam concepções sobre as vigilâncias que são muitas vezes redutoras. De facto, com frequência as vigilâncias são vistas através de três lógicas principais: a lógica da receptividade, a lógica da especialidade e a lógica da simplicidade.

A *lógica da receptividade* consiste em se conceberem as vigilâncias como algo que nos afecta, que nos constrange, que nos marca, que actua sobre nós. Cada um vê-se como o receptor, como o destinatário do acto de vigiar. Lembramos a marcação cerrada que o professor nos fez no acto do exame, lamentamos que nos tivéssemos enganado numa (e apenas numa) única nota musical e o maestro repreendeu-nos, etc.

A *lógica da especialidade* é um pouco mais sofisticada. Não pressupõe que os seres humanos se limitam a ser objecto de acções vigilantes. No entanto, sempre que alguém aparece como remetente de uma vigilância é porque tem uma autoridade específica, é porque tem uma ocupação determinada que lhe permite essa prática. O caso mais paradigmático é o dos polícias.

A *lógica da simplicidade* consiste em se conceberem as vigilâncias como actos que podem descrever-se facilmente uma vez que apresentam um funcionamento que não é complexo.

Torna-se necessário imaginar sociologicamente as vigilâncias, uma vez que as concepções apresentadas têm uma série de limites que nos impedem de analisar de forma fecunda e rigorosa os actos e os efeitos do vigiar humano. É precisamente esse exercício de imaginação que me proponho efectuar aqui.

Começarei por defender que as vigilâncias podem ser imaginadas como sendo uma competência humana. Desse modo, ultrapassa-se a lógica da receptividade e da especialidade. De seguida, imaginarei as vigilâncias como uma forma de poder e passarei a tratar apenas daquelas que apresentam um carácter disciplinar, isto é, aquelas que são modos de concretização das disciplinas foucaultianas. Estas últimas exercem-se de forma bastante subtil como se sabe. Por último, imaginarei as vigilâncias disciplinares como sendo um conjunto de técnicas onde se cruzam diversos meios, objectos e dispositivos do vigiar. Estas técnicas, como veremos, têm uma complexidade própria, pois resultam da diferente combinação de diversos elementos. Com estas duas últimas formas de imaginar as vigilâncias, ultrapassarei a já referida lógica da simplicidade.

**As
vigilâncias
imaginadas
como uma
competência
humana**

Vigiar é estar atento, é estar de sentinela. Isto significa que a vigilância é um processo de concentração e de zelo. No entanto, e mesmo tendo em conta o estado de sentinela em que isso nos faz cair, não estamos propriamente a falar de algo que nos tornaria a todos polícias. O que se passa é o inverso: os polícias é que aprofundam e tratam de uma determinada maneira algo que faz parte da realidade dos sujeitos sociais. De facto, parto da ideia de que a vigilância é constituinte das acções sociais, é constituinte dos processos internos de cada indivíduo.

Segundo Anthony Giddens, o *eu* («self») constitui-se e age com base num incessante processo de avaliação do que o rodeia. Isto quer dizer que cada indivíduo se insere numa rede em que tanto é influenciado como influencia as pessoas e as coisas que o cercam. A mediatizar tudo isso surge uma atitude vigilante. Em suma, a «aferição reflexiva da actividade é uma característica crónica da acção quotidiana e envolve a conduta, não apenas do indivíduo, mas também de outros» (Giddens, 1989: 4). O sociólogo inglês aproxima-se, deste modo, das teses de Erving Goffman. Este último mostrou-nos que os actores que participam numa interacção social fazem tudo o que está ao seu alcance para apresentarem um bom desempenho face aos outros (Goffman, 1993). Por isso, cada actor social desenvolve uma série de estratégias que maximizam o valor da sua actuação. No entanto, para que surja «a estratégia certa no momento certo», os indivíduos fazem uma avaliação constante de como estão a reagir os outros actores sociais. Tudo isto mostra que os sujeitos sociais aferem constantemente as suas acções e os efeitos que elas causam nas atitudes e discursos dos outros. Ou seja, *estamos em permanente vigilância*. Por outro lado, é isso que nos permite agir de forma a conseguirmos atingir os nossos objectivos e a comportarmo-nos de forma adequada. Ou seja, *vigiar é uma competência dos corpos*.

É por tudo isto que mesmo os esforços para resistir a uma acção de vigilância ou para a anular implicam outra acção de vigilância. Este é, aliás, um dos aspectos mais fascinantes deste tema. De facto, pensemos na extraordinária capacidade para vigiar o professor que têm os alunos que querem cabular durante uma prova. Estes estudantes aproveitam todos aqueles momentos em que o docente não se encontra a vigiá-los. No entanto, para saber quando isso acontece, é preciso que os alunos observem atentamente por onde o professor anda, o que faz e para quem olha. No fundo, os estu-

**As
vigilâncias
imaginadas
como uma
forma de
poder**

dantes referidos efectuam uma *vigilância anti-vigilante*, ou seja, uma vigilância que só tem sentido na medida em que quer agarrar uma situação de não-vigilância.

Outro aspecto importante a ter em conta é o referente à criatividade dos sujeitos nas situações em que se vigia. De facto, cada indivíduo tem a possibilidade de concretizar a sua competência vigilante através de processos criados por si e que resultam do seu engenho e imaginação. Claro que, depois de serem inventados por alguém, estes processos podem ser apropriados e difundidos por outras pessoas e por outros grupos.

Até este momento, falei do vigiar humano de uma forma muito abrangente. No entanto, nem todas as vigilâncias são do mesmo tipo. Uma das distinções que pode fazer-se é entre aquelas que apresentam uma natureza disciplinar e aquelas em que isso não sucede. Passarei, assim, a dar atenção apenas às vigilâncias disciplinares, uma das dimensões das disciplinas foucaultianas. Com o trabalho de Foucault, as vigilâncias são imaginadas, de facto, como formas de poder. No entanto, é preciso alargar esse exercício imaginativo e distanciarmo-nos dele em certos aspectos.

Para começar, porém, é útil recordar alguns dos aspectos principais relacionados com a teorização proposta pelo autor de *Vigiar e Punir* relativamente às acções e efeitos de vigilância. Para Foucault, foi no século XVIII que o poder disciplinar se difundiu na sociedade no que diz respeito às suas características principais.

Este poder apresenta quatro dimensões, obviamente interligadas e que se apoiam mutuamente. A primeira mostra que o poder disciplinar é uma «arte de distribuição espacial dos indivíduos» (Foucault, 1992: 105).¹ O poder disciplinar é também uma forma de distribuir as práticas dos indivíduos no tempo. Desse modo, a «disciplina exerce seu controlo, não sobre o resultado de uma acção, mas sobre seu desenvolvimento» (*ibid.*: 106).² Uma terceira dimensão, aquela que já

¹ Foucault afirma que a «disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório.» (Foucault, 1992: 105 e 106). A escola é um bom exemplo de como a distribuição espacial se verifica. Cada aluno ocupa uma dada carteira e uma dada mesa, cada aluno tem o seu sítio certo.

² É assim que «a partir do século XVIII, se desenvolve uma arte do corpo humano. Começa-se a observar de que maneira os gestos são feitos, qual o mais eficaz, rápido e mais bem ajustado.» (Foucault, 1992: 106). Há o apareci-

referi e que interessa para este texto, consiste no facto de o poder disciplinar ser «uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. [...] É preciso vigiá-los durante todo o tempo da actividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares.» (*ibid.*: 106). Esta vigilância óptica associa-se a uma sanção normalizadora através do exame. Este último é uma maneira extremamente eficaz de exercer poder. Os examinados são objecto de observação e de classificação. Esta constante vigia e avaliação dos sujeitos permite a existência de outro aspecto — a última dimensão — das disciplinas. O poder disciplinar «implica um registo contínuo»: «anotação do indivíduo e transferência da informação de baixo para cima, de modo a que, no cume da pirâmide disciplinar, nenhum detalhe, acontecimento ou elemento disciplinar escape a esse saber» (*ibid.*: 106).³

Feita esta breve apresentação do conceito foucaultiano de poder disciplinar, passarei a analisar criticamente os aspectos referentes à terceira dimensão citada. Isso quer dizer que aproveitarei os contributos de Foucault de forma selectiva.

A vigilância disciplinar é um processo em que existe uma observação atenta que se insere numa lógica normalizadora à luz da qual se pretende transformar, corrigir e treinar os indivíduos que se sentem vigiados. No entanto, este tipo de vigilância não aparece numa linha de ruptura total face a outras formas de vigiar. Apesar de se inscrever nos efeitos de poder que disciplinam os corpos, não deixa de ser vigilância e, portanto, contém as características que referi anteriormente quando falava do acto e do efeito do vigiar humano em geral.

A vigilância disciplinar é uma forma de exercício do *poder caótico*. Este último é definido por Boaventura de Sousa Santos como sendo um «poder descentralizado e informal, exercido por múltiplos micro-centros de poder em sequências caóticas sem limites pré-definidos» (Santos, 1995: 427). Contrapõe-se ao *poder cósmico*, que é um «poder centralizado, exercido a partir de um centro de alta voltagem (o

mento do contramestre nas oficinas e, no exército, «do oficial subalterno e com ele dos exercícios, das manobras e da decomposição dos gestos no tempo» (1992: 106).

³ Quando as notas de uma turma são discutidas pelo conjunto de professores, por exemplo, é exactamente isto que acontece. Os alunos foram examinados e todas as informações que daí se conseguiram extrair foram levadas para um ponto de certa forma privilegiado do sistema escolar: as reuniões de avaliação.

estado) e alcançando limites formais através de sequências institucionalizadas e cadeias de intermediação burocrática» (*ibid.*: 427). Segundo o autor referido, há diversas formas de troca desigual que circulam na sociedade e que nunca actuam isoladas. (*ibid.*: 406). Estão presentes em constelações de poder que «combinam [sempre] uma componente cósmica com uma pluralidade de componentes cósmicas» (*ibid.*: 427). Estas constelações são sempre entidades de uma heterogeneidade considerável. Penso mesmo que mais heterogêneas do que dão a entender as afirmações referidas.

Gostaria de defender que há elementos presentes em situações de exercício do poder que estão algures entre a cosmicidade e a caosmicidade e que, portanto, não podem ser reduzidos nem a uma nem a outra. É o caso de poderes como, por exemplo, a exploração e o patriarcado. São aquilo a que chamo poderes *semi-caósmicos*. Situam-se entre o poder cósmico do estado e o poder caósmico das disciplinas foucaultianas. Não apresentam um grau de cosmicidade suficiente para se equipararem à dominação. Vejamos, por exemplo, o caso do patriarcado. Esta forma de poder social está centralizada na autoridade do patriarca, o que vai traduzir uma troca desigual entre homens e mulheres. No entanto, numa determinada sociedade, não há apenas um patriarca, não há apenas um marido. Existe uma multiplicidade de famílias e estas últimas não se encontram ligadas numa rede burocrática hierárquica e funcional como acontece com os diversos departamentos e entidades que compõem um estado. Percebe-se, assim, que o patriarcado apresenta um certo carácter atomizado resultante do conjunto disperso de famílias existentes numa dada sociedade. Esse carácter atomizado não atinge, no entanto, um carácter totalmente caótico como se passa no poder disciplinar. Este último não tem uma localização específica. As disciplinas são transversais relativamente aos diversos espaços-tempo sociais quer estes sejam estruturais quer sejam constituídos por relações sociais heterogêneas.⁴ Estão presentes nas empresas, nas escolas, nas prisões, nos hospitais, nas comunidades locais, etc. Não pertencem a nenhum destes contextos em especial. O mesmo não acontece com o patriarcado. Apesar de aparecer em diversos conjuntos de relações sociais, é «a forma de

⁴ Para a definição e caracterização dos diversos espaços estruturais existentes nas modernas sociedades capitalistas, veja-se Santos, 1995. Sobre os outros espaços sociais que são considerados heterogêneos, veja-se Santos, 1991: 185-187.

poder privilegiada do espaço doméstico» (1995: 425).⁵ Há ainda outra razão que justifica que o patriarcado não seja considerado um elemento caósmico como o é, repita-se, o poder disciplinar. Este último não precisa de uma determinada unidade de prática social para se exercer. Pode manifestar-se nas relações sociais entre homens e mulheres, entre mais novos e mais velhos, entre a burguesia e o operariado, entre professores e alunos, etc. O que se passa com o patriarcado é diferente, na medida em que é uma forma de poder que pressupõe uma determinada agência social, no caso, a que se refere à diferença sexual.

Deste modo, na travessia das constelações de poderes⁶ ao longo da sociedade e ao longo do tempo, é preciso identificar as diversas combinações existentes entre elementos cósmicos, semi-caósmicos e caósmicos. Um dos elementos deste último tipo é, como se depreende do que foi dito, a vigilância disciplinar. É um desafio sociológico estimulante detectar as combinações que esta vigilância faz com a dominação e com poderes como o patriarcado, a exploração, etc. É preciso saber, portanto, em que percursos ou atalhos é que essa vigilância é convocada para se reunir com outros poderes; saber onde permite a navegabilidade e onde é um elemento que estrutura uma torrente perigosa rumo a um presente e a um futuro que, parafraseando Boaventura de Sousa Santos (1995: 409), não são nem totalmente previsíveis nem totalmente anárquicos.

Para se compreender um pouco melhor a caosmicidade do poder disciplinar vou servir-me de um caso interessante. Quem o conta é Paddy Clarke. Ouçamos a história deste menino de dez anos, para depois retomarmos o debate:

Estavam a verificar as vacinas do BCG, foi o que todos disseram. O [professor] Henno não nos tinha dito nada. Só disse que tínhamos que nos pôr em fila e os dois primeiros tinham sempre que ter as camisolas, as camisas e as camisolas interiores já despidas quando a porta se abrisse ou ia haver sarilho. Só tinham entrado dois e ainda não tinham saído. Ele devia ter ficado a tomar conta de nós, mas não ficou. Tinha-se ido embora, lá para cima, para a sala de professores, tomar uma chávena de chá.

— Vou ouvir qualquer barulho — disse ele. — Não se preocupem.

⁵ Isto não quer dizer, no entanto, como afirma Boaventura de Sousa Santos, «que o espaço doméstico seja necessariamente o lugar mais importante de opressão das mulheres nas sociedades capitalistas» (Santos, 1995: 425).

⁶ Segundo Boaventura de Sousa Santos, as referidas constelações devem ser vistas mais como rios do que como máquinas (Santos, 1995: 409).

Bateu com o pé no chão de madeira. O ruído ecoou pelo corredor fora. Demorou uma data de tempo a desaparecer.
— Vejam — disse ele. — É impossível sequer murmurar nesta escola. Vou ouvir a mais pequena coisa.
Depois foi-se. (Doyle, 1994: 86).

É preciso ver que as técnicas de vigilância disciplinar são anónimas. Isso quer dizer que não há ninguém que as detenha em exclusivo nem ninguém que as detenha de forma privilegiada. Repare-se na história contada por Paddy Clarke. Estamos na presença de um professor que pretende disciplinar os seus alunos, submetê-los a um regime de quietude, silêncio e ordem. Faz-lhes então ver que, embora fique à distância deles e sem os observar directamente, pode saber o que se passa. Para isso, contava com um dispositivo onde se inseriam os estudantes. Esse dispositivo era simples e eficaz. Consistia no facto de a escola estar construída de tal forma que qualquer movimento ou barulho produzia uma determinada ressonância. Ora, este dispositivo pode ser usado pelas mais diferentes pessoas e nos mais diferentes contextos. De facto, pode haver uma casa ou um hospital onde se verifique uma situação idêntica. Por outro lado, mesmo na escola, o dispositivo não pertence ao professor como se fosse um bem. Qualquer um — funcionário, estudante ou educador — pode estar afastado, ouvir barulho e vigiar o comportamento de alguém através dos sons que os movimentos no chão de madeira vão causando, por exemplo. Além disso, essa vigilância pode ter efeitos sem que se saiba quem vigia ou mesmo se está alguém a vigiar. De facto, após a conversa de Henno com os estudantes, é natural que haja alturas em que estes passem por aquela divisão da escola e não tenham determinados comportamentos com receio de que alguém, algures, esteja atento aos ruídos. No entanto, pode não estar ninguém a ouvir.

Pode dizer-se que todas as vigilâncias resultam da acção dos sujeitos sociais. Com efeito, as formas de vigiar são inventadas, reactivadas e reformuladas por seres humanos concretos. Podemos também dizer que todas as vigilâncias escapam à acção dos seres humanos. É preciso ver que os sujeitos vigilantes estão numa rede que os ultrapassa mesmo quando vigiam. Quem vigia exerce poder sobre outros corpos, mas pode sentir-se também vigiado e, portanto, fica inserido numa corrente de olhares e de controlos que o excede. Além disso, pelo que se afirmou anteriormente, fica

claro que há efeitos de vigilância a exercerem-se continuamente onde não se necessita que haja quem vigie; basta que haja quem se sinta vigiado.

Gostaria ainda de criticar a perspectiva foucaultiana a partir da qual se afirma que as práticas estão submetidas ao poder maquinal das redes, eixos e traços do vigiar.⁷ De facto, a vigilância disciplinar é caósmica, mas ela pertence aos sujeitos ao mesmo tempo que lhes escapa. Devido a tudo isto, não pode dizer-se nem que os corpos são vigilantes nem que os corpos são vigiados. Devemos, sim, partir da ideia de que existem *corpos-em-vigilância*. Esta expressão tem a capacidade de traduzir de forma simples e breve tanto a ideia de que a vigilância cobre os corpos e os marca como a ideia de que a vigilância já está em cada um dos corpos e lhes dá poder.

Estas afirmações levam-me a recusar a ideia foucaultiana de que a vigilância — como todas as outras formas de exercício do poder disciplinar — é algo que destrói a subjectividade humana e que apenas reforça a engrenagem na qual os indivíduos estão inseridos. De facto, para Foucault, o poder disciplinar visa a criação e manutenção de «corpos dóceis e úteis», ou seja, «a disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ónus reduzida como ‘força política’, e maximizada como força útil» (Foucault, 1993: 194). O exercício do poder tenderia, deste modo, a tornar os indivíduos cada vez mais submissos e rentáveis. Podemos, pois, dizer que, para Foucault, o modo de racionalidade da disciplina é a maximização da docilidade e da utilidade dos corpos.

Penso que é preciso substituir esta ideia. Ela não dá conta das potencialidades e da competência que o vigiar, por exemplo, significa para os sujeitos sociais. Proponho que se parta do seguinte princípio: *a disciplina é um poder caósmico cujo modo de racionalidade consiste na maximização da adaptabilidade e da competência dos corpos*. É óbvio que podemos ter corpos que se adaptam a regimes de submissão, mas também podemos ter corpos que se adaptam a regimes de participação. É óbvio que podemos ter corpos competentes para concretizarem práticas sociais alienantes,

⁷ Nesta perspectiva, porém, Foucault defende a existência de heterogeneidade no seio dos mecanismos disciplinares. Como este autor afirma, na «máquina [que esses mecanismos constituem] ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia» (Foucault, 1992: 219).

**As
vigilâncias
imaginadas
como um
conjunto de
técnicas
subtis e
sofisticadas**

152

mas também podemos ter corpos competentes para concretizarem práticas sociais emancipatórias.

Penso que existem sempre técnicas associadas aos fenómenos respeitantes ao que chamei de corpos-em-vigilância. É preciso ver que não se vigia sempre da mesma maneira. Deste modo, pode elaborar-se uma espécie de glossário das técnicas de vigilância. É um glossário-documento, um registo da singularidade que cada técnica de vigilância apresenta. Este registo mostra as situações concretas em que o vigiar actua. Torna visíveis todas as intensidades e todos os usos de que as vigilâncias são capazes. A forma de descrever e mostrar o significado das técnicas de vigilância passa por três pontos. É a articulação entre eles que faz com que se defina a singularidade dessas mesmas técnicas.

O primeiro desses pontos refere-se à questão «*com que meios se vigia?*». De facto, as vigilâncias podem ser accionadas de diversos modos: pelo olhar, pelo ouvir, pelo examinar, pelo olhar e simultaneamente pelo ouvir, etc.⁸ Estes meios mostram que o poder disciplinar consegue ser bastante discreto. De facto, ele «funciona permanentemente e em grande parte em silêncio» (Foucault, 1993: 158).

O segundo ponto necessário para a definição da singularidade de uma determinada técnica de vigiar refere-se à seguinte questão: «*o que se vigia?*». Se, por um lado, como acabámos de ver, a disciplina é um poder ultra-discreto, é, ao mesmo tempo, hiper-indiscreto. Como nos mostra Foucault, uma das características mais significativas das disciplinas é o facto de permitirem que se exerça uma vigilância sobre múltiplas coisas e nos seus múltiplos pormenores. É por isso que este autor afirma que o poder disciplinar é «absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar» (1993: 158).⁹

⁸ Cada um dos cinco sentidos pode tornar-se um meio de vigilância. Daí que possa insistir-se na necessidade de as ciências sociais lidarem com os aspectos sensoriais da interacção humana. Um dos autores que tem vindo a debruçar-se sobre esses aspectos é Pedro de Andrade. No âmbito deste texto, é pertinente salientar os contributos do referido autor no que se refere a dois meios de vigiar presentes nos casos empíricos de que falarei mais adiante: o ver e o ouvir. Sobre as relações entre o visual e o social e sobre as sonoridades sociais veja-se, respectivamente, Andrade (1995) e (1992).

⁹ Não admira, portanto, que Pedro de Andrade encare os mecanismos de controlo social baseados na visualização do ambiente onde os indivíduos se

É preciso ir em busca da indiscrição do poder; tentar saber o que é que ele torna visível, onde é que ele se projecta. Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault diz que as disciplinas instauraram uma forma de penalizar uma ampla série de situações. Para o autor,

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da actividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes 'incorrectas', gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). (1993: 159).

Por aqui já se vêem muitos dos objectos do vigiar. Foucault evidencia-nos a existência de vigilâncias do tempo, da actividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Obviamente que a lista dos objectos das vigilâncias é mais extensa, como poderá verificar-se numa parte posterior deste trabalho.

Por fim, devo referir uma terceira questão: «*com que dispositivos se vigia?*». O poder disciplinar não permite apenas que se faça uma vigilância sobre muitos objectos, mas tem ainda uma forma muito particular de actuar. Exerce-se com base na existência de diversos dispositivos. A sala de aula, por exemplo, pode estar construída de forma a que o professor possa ter uma boa visão do que se passa à sua volta. Outro tipo de dispositivo são os vidros que permitem a quem está de um lado ver o que está de fora sem que o inverso se possa verificar. Isso mostra até que ponto são importantes os instrumentos exteriores aos indivíduos que permitem as acções e os efeitos de vigilância. Pedro de Andrade, baseando-se em diversos autores, tece algumas considerações que se enquadram perfeitamente na ideia apresentada. Andrade salienta que «certas propriedades do espaço interior dos bancos [...] favorecem ou dificultam os roubos. O assaltante coloca-se preferencialmente numa zona em que domina a visualidade microssocial do local» (Andrade, 1995: 89). Diz-nos também que «a visibilidade interna dos estabelecimentos comerciais — aumentada com espelhos, etc. — pode dissuadir o potencial ladrão» (1995: 89).

Ao longo do processo histórico, desenvolvem-se e criam-se novos dispositivos capazes de permitir a captação dos

encontram como sendo «observatórios telescópicos da sociedade e dos seus sujeitos» (Andrade, 1995: 85).

movimentos, vozes, actos e omissões dos indivíduos. É preciso ver, portanto, a evolução desses instrumentos ao longo da história e saber que mutações ocorrem actualmente.

Segundo Gary Marx, que prolonga a análise de Foucault sobre a vigilância enquanto uma das mais importantes componentes do controlo social das sociedades modernas, existe hoje uma 'nova vigilância' exercida pelo Estado e pelas organizações privadas, que se fundamenta, antes de mais, na racionalização e planificação acrescida que as novas tecnologias facultam. (Andrade, 1995: 87).

154

Quatro casos de vigilância imaginados sociologicamente

A imaginação sociológica não se esgota nas tarefas de teorização e de construção dos modelos de análise. Penso, portanto, que será útil mostrar fenómenos sociais concretos à luz dos pressupostos definidos anteriormente. Desse modo, compreender-se-á melhor o exercício de imaginação sociológica até aqui efectuado e dar-se-lhe-á sequência através da exemplaridade que é característica dos elementos resultantes de um trabalho empírico.

Proponho, então, que vejamos quatro fenómenos concretos de vigilância. Esses quatro casos fazem parte de uma série de dados obtidos através de um trabalho de pesquisa efectuado com o objectivo de saber quais os poderes que se exercem na escola e como se exercem. Antes de avançar para a análise desses casos, vou referir brevemente algumas das características do trabalho de campo que lhes deu origem.

Em primeiro lugar, devo dizer que foi um trabalho de campo efectuado no contexto escolar, o que assegurava, desde logo, a possibilidade de recolha de dados abundantes e férteis. De facto, a escola é um contexto onde as vigilâncias entram em acção de uma forma intensa. Por outro lado, o espaço-tempo educativo¹⁰ é um lugar privilegiado para distinguir vigilâncias, pois o poder disciplinar é sempre poder-saber.

Em segundo lugar, interessa referir que o meu trabalho de campo se efectuou essencialmente através da observação directa, tendo optado pela modalidade da observação-participante. O trabalho referido centrou-se em práticas sociais ocorridas no contexto de turmas escolares do 1º ciclo do

¹⁰ Para a caracterização do espaço-tempo educativo, veja-se Correia (1995: 86-105 e 118-127).

ensino básico e que se verificaram, numa parte significativa, dentro das salas de aula. O critério que me levou à escolha das turmas foi ditado pela lógica comparativa. Observei práticas pedagógicas distintas. Se, como defendo, a pedagogia é uma forma de poder, então turmas de pedagogia diferente são as mais indicadas para confrontar no tipo de estudo em causa.

Investiguei quatro turmas. Duas delas eram de pedagogia moderna (seguiram as linhas pedagógicas formuladas por Freinet) e pertenciam à mesma escola. Esta localizava-se num meio rural ao qual dei o nome de Alfa. A turma da professora Susana tinha alunos do 1º e 4º anos de escolaridade, enquanto a turma da professora Diana, abrangia os 2º e 3º anos. As outras duas turmas eram de pedagogia tradicional. Pertenciam também a uma mesma escola e situavam-se num meio urbano ao qual dei o nome de Beta. A turma da professora Simone abrangia o 3º ano de escolaridade, enquanto a turma da professora Mónica era do 1º ano. As observações destas quatro turmas foram feitas de Fevereiro de 1994 até Julho do mesmo ano.¹¹

Durante a análise de dados, deparei-me com diversos fenómenos em que se concretizava o vigiar humano. Desse modo, consegui construir um glossário com vinte técnicas diferentes de vigilância — a cada uma delas correspondiam um ou mais fenómenos observados. O que proponho agora é que percorramos páginas desse glossário. Não todas as páginas, mas algumas. Apesar desta limitação (inevitável, diga-se de passagem), os casos que apresentarei chegam para mostrar como os meios de vigiar podem actuar sozinhos ou combinados. *Estejam atentos, portanto...*

De olho nos corpos através da sala, assim se chama a primeira técnica destes fragmentos do glossário onde se nararam as aventuras dos corpos-em-vigilância. Esta técnica consiste num acto vigilante efectuado através do olhar e que incide no corpo dos indivíduos. O dispositivo que permite que isso aconteça reside na forma arquitectural que a sala de aulas apresenta. Vamos ver esta técnica a exercer-se numa modalidade bastante curiosa a que chamo *olhos nos olhos*. Para isso, apresentarei um fenómeno verificado na turma da

***De olho nos
corpos
através da
sala***

¹¹ Umás foram programadas, outras não. Além disso, a maior parte delas consistiu no acompanhamento que fiz de uma determinada aula do princípio até ao fim.

professora Mónica. O que aconteceu foi que, na altura em que se fazia um texto colectivo sobre «a minha rua»,

Enquanto uma criança ia escrevendo no quadro, as outras iam copiando o texto para os seus cadernos. Uma vez que a Alexandra (sentada na mesa 2) estava a exhibir dificuldades em perceber o que estava no quadro, Mónica diz-lhe para vir para a mesa 4. Alexandra não se mostra muito entusiasmada com a ideia. Mónica repete o apelo-indicação (mais ou menos assim «Anda para aqui que vês melhor»). (Relatório de campo nº 10)

156

A docente disse para a aluna mudar de lugar justificando isso com a ideia de que assim a estudante iria ver melhor. Isto quer dizer que a professora se apercebeu das dificuldades da criança em entender o que estava escrito no quadro. Os olhos da professora vigiaram os olhos da aluna. É um controlo óptico que incide sobre o corpo. No entanto, não é sobre o corpo todo: é sobre um lugar específico. Alguém que vigia com os seus olhos os olhos de alguém. É este o feixe de vigilância com que nos deparamos. E aqui temos a indiscrição/discrição do poder. Poder tão indiscreto que até se projecta no olhar dos indivíduos. Poder tão discreto que actua com o silêncio absoluto do olhar e com a capacidade de visão que a sala de aulas permite. Apetece dizer que Foucault ainda não diz tudo, quando afirma que o poder disciplinar separa o *ver* do *ser visto* (Foucault, 1993: 177 e 178). Eu diria ainda que o desligar entre *ver* e *ser visto*¹² passa algumas vezes por *ver sem ser visto o que é visto por aqueles que não vêem*. Foi o que acabámos de ver...

Quando pensamos numa situação de olhos nos olhos, temos uma imagem de igualdade. Alguém que fica frente-a-frente num mesmo plano com outro alguém. Porém, as disciplinas exercem-se em desequilíbrio. O que vemos, no caso que estou a tratar, é uma espécie de *vigilância-de-oftalmologista*. Haverá melhor exemplo de uma situação em que estejamos olhos nos olhos com alguém do que aquela que se

¹² Para Foucault, o poder «não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido ao seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular» (Foucault, 1992: 219). O exemplo paradigmático disto é o Panóptico, esquema arquitectural aplicado nas prisões. Consiste numa torre central donde se pode ver o que se passa no conjunto de celas que a rodeiam em círculo. Cada prisioneiro, «em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contacto com seus companheiros. É visto, mas não vê; objecto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação.» (1993: 177).

verifica quando estamos com esse especialista médico? No entanto, o desequilíbrio é evidente: de um lado, está alguém que, com o poder do seu saber, passa os minutos a interrogar-nos, a interrogar a nossa vista; do outro lado, alguém que vai sendo examinado e tem de se concentrar numas letras distantes que é preciso identificar. No entanto, quem vai sendo identificado somos nós, nós é que nos vamos tornando legíveis aos olhos do oftalmologista que pode, desse modo, afirmar o que não vemos ou vemos bem (o perto, o longe, as pessoas, os contornos, etc.). Por fim, o conselho para mudarmos para uns determinados óculos, pois só assim *veremos melhor...* Na escola, o feixe *olhos nos olhos* também é a desproporção entre alguém que examina, vê e sabe e alguém que é visto e examinado.¹³

157

De olho na actividade dos corpos através de objectos que dão a ver é o nome da segunda técnica de vigilância que integra os fragmentos que quero mostrar. Nome comprido e um pouco estranho. Vou desdobrá-lo nas partes que o constituem e, assim, tornar-se-á fácil de entender. É uma técnica em que o meio de vigilância é o olhar (*de olho*), o objecto da vigilância é aquilo que os sujeitos escolares fazem (*actividade dos corpos*) e o dispositivo que permite que se vigie é a existência de objectos que possibilitam a descoberta de coisas que se passaram e que não foram vistas (*objectos que dão a ver*).

***De olho na
actividade
dos corpos
através de
objectos que
dão a ver***

Vamos ver esta segunda técnica a manifestar-se num fenómeno em que a acção de vigilância foi exercida pela docente e recaiu sobre a actividade de dois dos seus alunos. O que se passou foi o seguinte:

Quando o Vicente e o Ângelo arrumaram o armário divisório deitaram para o lixo umas tampas de caixas que estavam [...] [nesse] armário [...]. Quando mais tarde, na parte final da aula, [a professora] Susana descobre as tampas no lixo, manda chamar os alunos. Aparece um deles e Susana diz que não achou bem o que eles fizeram porque «é preciso guardar e usar tudo» (foram mais ou menos estas as palavras que ela utilizou) e que, inclusi-

¹³ No caso referido, a professora, quando disse «aqui vêes melhor», estava a referir-se a um ver muito especial: ver o saber escolar efectuado. A justificação da docente mostra-nos que esta última considerava que a aluna estava a «visualizar mal o saber». Face a isso pretendeu-se que Alexandra ficasse numa posição oftalmologicamente correcta perante a matéria que se estava a dar. Matéria que não era para desprezar: tratava-se de um exercício de Língua Portuguesa.

vamente, numa tampa deitada fora estavam escritas as regras de um jogo que era preciso saber. As tampas foram tiradas do lixo e guardadas. (Relatório de campo nº 5)

Estamos perante uma vigilância óptica da professora. Ela controlou com o seu olhar o que estava no lixo. No entanto, esse olhar levou-a a descobrir mais alguma coisa. O facto de existir um recipiente para o lixo cujo conteúdo está visível para quem passa pode levar a que se vejam mais coisas do que esse conteúdo. Foi o que aconteceu. Com o que descobriu, Susana acabou por *ver* algo feito por duas crianças sem que ela se tivesse apercebido; acabou por *ver* o Ângelo e o Vicente a deitarem fora determinadas tampas de caixas. Temos, assim, aquilo que chamo *vigilância óptica expandida*, uma vez que a capacidade de ver de quem vigia foi ampliada e, desse modo, algo que tinha ocorrido no passado, sem que se desse conta, tornou-se subitamente visível no presente. No entanto, esta vigilância expandida apresenta características muito especiais, na medida em que teve uma determinada *sofisticação*. Não se tratou propriamente de a professora detectar se a resposta de um aluno era certa ou errada. A professora descobriu algo que não lhe agradou, algo que evidenciava uma espécie de *micro-delito* (chamemos-lhe assim): descobriu certas coisas num sítio muito particular — o caixote do lixo. Para além disso, essas coisas tornaram-se autênticas *pistas* que lhe permitiram reconstituir uma cena do passado que ela não tinha visto: a partir das tampas que viu jogadas fora, descobriu que o Ângelo e o Vicente tinham feito algo errado ao não aproveitarem esses materiais, ou seja, descobriu os *micro-infractores*. Há aqui, portanto, uma espécie de *vigilância-à-detective*. Por fim, acrescentaria ainda que a justificação que Susana dá para mostrar que deitar aquelas tampas para o lixo era incorrecto revela uma atitude vigilante em que laboram quer um espírito de uso exaustivo dos objectos, quer também a maximização do saber. É que

estamos aqui [...] a lidar com questões económicas escolares — guardar, poupar, economizar, aproveitar, rentabilizar. Mas o poder-saber espregueira sempre: guardar a tampa porque ela ensina a jogar o jogo — maximizar o saber (não o deitar para o lixo, digamos...). (Relatório de campo nº 5)

A modalidade em que se exerceu a técnica de vigilância no fenómeno referido só podia ser, como é óbvio, aquela que dá pelo nome de *olhos nos objectos*.

**À escuta do
tempo de
corpos
postos à
prova através
da sala**

À escuta do tempo de corpos postos à prova através da sala é outra das técnicas que constituem estes fragmentos do glossário que as práticas escolares de todos os dias vão redigindo. É uma forma de vigiar em que se usa a audição — é uma vigilância auditiva, portanto — e esta última pode actuar devido à circulação e recepção de sons que a sala de aulas possibilita. Vigiam-se os indivíduos na sua qualidade de corpos-no-tempo, isto é, corpos que têm de fazer ou dizer algo numa determinada altura e não noutra. As novidades que esta técnica nos traz não ficam por aqui. Temos também, pela primeira vez, uma situação em que os corpos estão postos à prova. Isso quer dizer que o exame se apresenta como um dos meios de vigiar. Estamos perante corpos que têm de provar perante alguém que são capazes de fazer algo e, desse modo, receber uma classificação positiva. É o que chamo vigilância examinatória. Os corpos são submetidos a actividades ou provas, de modo a que possa saber-se qual a capacidade e rendimento que apresentam na sua realização. Para Foucault, o exame é a expressão por excelência da conjugação entre relações de poder e relações de saber (Foucault, 1993: 164 e 165). Sendo assim, um glossário como aquele do qual estamos a ver alguns fragmentos não podia deixar de incluir técnicas que se concretizassem em actos examinatórios, ou seja, actos em que os corpos são postos à prova.

Vamos ver esta terceira técnica num fenómeno passado numa turma de pedagogia tradicional em que a docente vigiou os seus alunos.

Houve uma altura [...] em que [a professora] ficou aborrecida por se definirem os tempos dos verbos só com «presente», «passado» e «futuro». Segundo disse Simone, esses termos eram próprios do 2º ano, [altura] em que bastava saber isso, no 3º ano há que falar em "pretéritos imperfeitos, perfeitos, mais-que-perfeitos", em "futuro" e "condicional" e no "infinitivo" e no "presente", claro está. (Relatório de campo nº 7)

Trata-se de uma vigilância temporal que actua na modalidade a que chamo *tarefa certa no momento certo*. De facto, o que a professora observou atentamente foi a altura em que os corpos faziam algo. O que os corpos faziam era falar dos tempos dos verbos. A altura em que o faziam era uma aula do 3º ano. Simone notou que havia nisto um desajuste, uma vez que falar dos tempos dos verbos como os alunos estavam a fazer era uma actividade certa (era uma matéria esco-

lar), mas feita no momento errado (com aquele grau de simplicidade, justificava-se no 2º ano, não no presente). Esta vigilância actua, de certa forma, como um acerto de horas. A docente corrigiu o atraso dos corpos. Estes últimos ainda iam num ritmo de actividades do 2º ano, quando já se estava no 3º. No fundo, é assim que muitas vigilâncias temporais se efectuam. O poder disciplinador de vigiar olha para os corpos como se fossem seres propensos a avarias. Corpos avariados são, tal como os relógios, corpos que se atrasam ou se adiantam, que não têm horas certas. Quando isso acontece, há que compor o que está mal. *A vigilância temporal é, assim, um exercício de acerto dos corpos.* Foi o que aconteceu no caso referido. Simone justificou estar aborrecida devido a os alunos definirem os tempos dos verbos com os termos do 2º ano e não com os do 3º.

***De olho e à
escuta da
actividade e
da história da
actividade de
corpos
postos à
prova através
da sala***

De olho e à escuta da actividade e da história da actividade de corpos postos à prova através da sala é uma técnica que junta a perspicácia do olhar com a leveza absoluta do ouvir (de facto, o acto de escutar não é denunciado por nenhum sinal) e com os desafios lançados pelo exame. É um poder que recai sobre a actividade dos corpos e sobre a sua história, ou seja, vê o que os corpos fazem enquanto processo desdobrado no tempo — estamos, portanto, perante aquilo a que chamo *vigilância biográfica*. A sala de aulas aparece mais uma vez como o veículo-dispositivo que permite este cruzamento entre quem vê, ouve, examina, e quem é visto, ouvido, examinado. Uma das novidades desta técnica é que nos apresenta, como já referi, uma vigilância biográfica. Isto mostra até que ponto pode ir a indiscrição do poder. Este último recai sobre os corpos enquanto corpos-com-história. Isso quer dizer que se torna visível algum aspecto ou aspectos do trajecto dos sujeitos escolares ao longo do tempo.

Vamos ver um fenómeno em que se exerce esta quarta e última técnica. Ocorreu numa turma de pedagogia moderna e consistiu numa vigilância da docente face a uma estudante. O melhor é fazer-se silêncio, pois os alunos da professora Diana encontram-se na altura da aula em que lêem trabalhos que trouxeram para a escola...

Quando a Elisa apresentou o seu texto, um aluno levantou a questão de saber se não tinha sido copiado. Elisa disse que não. Diana disse que, de facto, se lembrava que havia um texto parecido, mas Elisa continuou a dizer que não tinha copiado. Diana

disse, então, que não tinha sido copiado, porque se [assim fosse] não teria tantos erros, que, por outro lado, ela tinha vindo a melhorar na sua escrita e, como não tinham provas, não podiam culpar a Elisa. (Relatório de campo nº 6)

Há optimismo e auditismo vigilantes pois, se a docente diz que a aluna melhorou na escrita, é porque ouvia e lia os seus textos. Estes últimos eram apresentados usando o espaço-sala-de-aulas. De facto, os alunos que escutavam os textos estavam sentados junto de mesas que formavam um U e o colega que lia estava de pé em frente dos outros. Também há exame na vigilância que estou a abordar, uma vez que, em todas as apresentações de trabalhos, os corpos estão à prova. Há também uma vigilância biográfica. É preciso ver que um dos argumentos usados pela docente, para justificar a ideia de que o texto da Elisa não fora copiado, reside no facto de declarar que essa aluna melhorara na escrita. Há uma justificação que é o constatar de um progresso de uma estudante. Aparece, assim, um tempo marcado por dificuldades na escrita, mas com uma diacronia da superação: Elisa surge como uma aluna que tem vindo a fazer avanços, que tem vindo, digamos assim, de mais dificuldades para menos dificuldades.

A modalidade em que se exerceu esta técnica no fenómeno referido chama-se *atenção ao desempenho dos corpos*.¹⁴

¹⁴ As técnicas de vigilância podem ser vistas igualmente segundo a versão na qual se apresentam. Os quatro casos analisados são, nesse aspecto, semelhantes. Todos consistiram em técnicas exercidas na versão «professora vigia estudantes». No entanto, há outras versões que podem aparecer como, por exemplo, «estudantes vigiam estudantes» ou «estudantes vigiam professora». Comparar a centralidade e saliência de cada versão permite saber até que ponto, num dado contexto escolar, as vigilâncias se exercem mais ou menos hierarquicamente.

Ainda no referente às técnicas de vigilância é preciso realçar outro aspecto importante. Mesmo que elas sejam activadas e reactivadas de forma intensa, isso não implica automaticamente um controlo efectivo total dos sujeitos vigiados. Como se sabe, o poder é relacional, ou seja, não surge como algo que se exerce de um modo maquinal em sujeitos que obedecem a tudo com a maior das facilidades. É, antes, um processo que se desenrola e vai tendo os seus resultados. Foi o que aconteceu numa escola inglesa como pode ver-se pelo que conta o jornal *Público*:

«Frances Oldfield, de 55 anos, foi forçada a reformar-se mais cedo porque, de tanto gritar com os seus indisciplinados alunos, a sua voz ficou reduzida a um simples sussurro. Oldfield ensinou numa escola primária durante 17 anos e acusa o novo modelo de 'educação aberta' da sua escola, responsabilizando-o pela necessidade constante de ter que levantar a voz aos seus 'meninos'.» (*Público*, 3/9/94).

Uma proposta final

Comecei este texto por abordar o vigiar humano num sentido muito amplo. Mais à frente, concentrei o meu esforço inventivo num tipo específico de vigilâncias: as que eram de carácter disciplinar. Além disso, mostrei quatro casos em que estas se verificaram. No entanto, apesar de tudo o que foi dito e defendido, imaginar as vigilâncias é uma tarefa sujeita a muitas ampliações. Se a imaginação não tem limites, aqui fica mais uma proposta para que a imaginação aqui presente seja menos limitada.

Proponho que se imaginem *as vigilâncias como feixes dinâmicos que se cruzam e se sucedem uns aos outros*. As vigilâncias não são algo estático e episódico. Apresentam-se num ritmo próprio. Há vigilâncias que ocorrem de forma simultânea, outras que se vão alternando, outras que dão origem a outras mais. Para captar este dinamismo, torna-se indispensável mostrar como se articulam diversas vigilâncias, sejam elas disciplinares ou não. Esta articulação manifesta-se muitas vezes num cruzamento muito especial que tem verdadeiras características guerreiras. Isso acontece quando existem feixes de vigilância que se opõem entre si. Esta oposição pode ser tanto silenciosa como barulhenta. Voltemos ao exemplo dos alunos que fazem um exame e que querem copiar. Há uma verdadeira batalha entre o professor que vigia para que os alunos não cabulem e os alunos que vigiam o professor para que ele não os veja cabular. Apesar de tudo isto, o maior dos silêncios pode reinar na sala onde se está. No entanto, a oposição entre vigilâncias pode ser mais animada sonoramente como se verifica no caso que apresentarei. É protagonizado por Hermann Simon, personagem de *Heimat II*, obra constituída por 13 filmes realizados por Edgar Reitz. A história que vou contar passa-se no filme inicial, que se intitula *O Tempo das Primeiras Canções* («Die Zeit der ersten Lieder»)¹⁵.

Estamos em 1960. Hermann pretende ingressar na Academia de Música de Munique e vai fazer as provas de acesso. No corredor dessa instituição encontram-se outros jovens nas mesmas condições. De uma das salas sai um senhor a chamar pelo número 47. Ninguém responde. O senhor torna a chamar. Hermann descobre que chegou a sua vez. Entra para a referida sala, onde encontra dois homens sentados junto a uma secretária. Um deles diz-lhe, enquanto se levanta:

— É o sr. Hermann Simon? Avance. Chegue-se à cauda.

¹⁵ As partes que se encontram em discurso directo são a reprodução das legendas apresentadas quando a RTP exibiu a obra referida.

Na sala existem dois pianos próximos um do outro. No meio deles ficam Hermann e o examinador. Este último dirige-se para o da esquerda enquanto ordena para o jovem: — Vire-se de costas, por favor. — Hermann assim faz, ficando de frente para o piano da direita. O exame pode finalmente começar.

— Diga o nome dos intervalos que lhe vou tocar. — Do piano vão-se sucedendo diversos sons intercalados por perguntas e respostas.

— Uma quinta — responde Hermann. — Outro som. — Uma segunda.

— Muito bem! E que segunda?

— Uma menor — responde o jovem. As perguntas vão-se seguindo até um momento onde se anuncia a subida de grau de dificuldade.

— Agora, vou tocar indiferentemente em cima e em baixo, maior ou menor. Oiça muito bem. — Hermann fica um bocado embaraçado e receoso. É então, ao mover a sua cabeça ligeiramente para o lado, que descobre, numa parte do piano que está à sua frente, o reflexo da imagem do examinador junto do piano que estava nas suas costas. Hermann concentra a sua atenção nessa imagem enquanto escuta os sons.

— O acorde maior é em baixo, o menor, em cima. — responde.

— E sabe dizer-me os sons? Vou fazer de novo os acordes.

O jovem rapaz escuta as notas musicais produzidas pelo examinador enquanto vai olhando para a imagem deste reflectida no piano à sua frente. Primeiro, fixa a sua atenção na parte esquerda dessa imagem e responde: — O de baixo é um Mi-Sol-Si... — depois, passa a concentrar-se na parte direita — ... o de cima é Ré-Fá-Lá.

O examinador termina a prova dizendo: — Os meus cumprimentos. Tem um ouvido absoluto.

— Não, relativo — riposta Hermann.

— Tem a certeza?

— Uma certeza relativa.

Estamos perante dois feixes de vigilância distintos. De um lado, temos alguém que usa o exame como forma de vigiar a capacidade auditiva de Hermann. Do outro, temos um jovem examinador que, embora de costas voltadas para o seu examinador, descobre, no momento em que a prova se torna mais difícil, que pode vigiar os seus movimentos. Deste modo, continua a ouvir os sons do piano mas vai observando atentamente as mãos de quem o interroga, as teclas onde ele carrega. À vigilância de alguém que está a pôr à prova os seus ouvidos, digamos assim, Hermann responde com uma vigilância em que fica de olho nos gestos de quem o examina. Um piano, instrumento produtor de sons, metamorfo-

seia-se, no caso descrito, num produtor de imagens, num objecto que dá a ver, tornando-se assim o dispositivo que permite a activação da técnica de vigilância por parte de Hermann. Há um confronto entre vigilâncias onde o visual e o auditivo ao mesmo tempo se enganam e juntam num encaimento inesperado e misterioso.¹⁶ É devido a esta combinação que Hermann, ainda que tenha demonstrado ter um ouvido absoluto, só pode pensar nele como relativo. A relatividade reside no aspecto visual. O jovem rapaz escutou tanto melhor as notas musicais quanto mais as via através da imagem reflectida no piano. Penso que o caso descrito nos remete para uma parte inicial deste texto. De facto, a acção de Hermann mostra-nos bem como a vigilância é uma competência humana e não algo que estaria na posse de apenas alguns sujeitos sociais.

É necessário fazer a crónica das guerras protagonizadas por feixes de vigilância que se confrontam. Para fazer isso, e para empreender outras tarefas de compreensão do social que se relacionem de forma mais ou menos directa com o vigiar humano, penso que é útil usar e reformular todas as propostas de imaginação sociológica que aqui se deixam. Isso permitirá que se continue a descobrir e a contar o mundo fascinante das vigilâncias, mundo onde muitas vezes se oscila entre o espanto, o medo, a ameaça, a surpresa e até o divertimento. ■

¹⁶ Este carácter imprevisível e enigmático é reforçado pelo facto de o examinador e um colega seu terem sorriso de uma determinada forma em alguns momentos da cena descrita. Será que eles também estavam a pôr à prova a capacidade visual de Hermann?

Referências Bibliográficas

- Andrade, Pedro de 1992 «As sonoridades sociais», in *Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Editorial Fragmentos, vol. 2.
- Andrade, Pedro de 1995 «A negociação do visível», *Atalaia I* (1/2).
- Correia, 1995 *Invenção e labor dos poderes na Escola — descobertas sociológicas entre a pedagogia tradicional e a pedagogia moderna*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, dactilografado.
- Doyle, Roddy 1994 *As Desventuras de Paddy Clarke*. Lisboa: Editorial Presença.
- Foucault, Michel 1992 *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, Michel 1993 *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Giddens, Anthony 1989 «Elementos da teoria da estruturação», in idem, *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1-31.
- Goffman, Erving 1993 *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Santos, 1991 «Sobre los modos de produccion del derecho y del poder social», in idem, *Estado, Derecho y Luchas Sociales*. Bogotá: ILSA/Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos.
- Boaventura de Sousa 1995 «On Modes of Production of Social Power and Law», in idem, *Toward a New Common Sense*. Londres e Nova Iorque: Routledge.